



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**IZADORA PEREIRA ANDRADE**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO**  
**PLANALTO SANTARENO**

**SANTARÉM – PA**  
**2024**

**IZADORA PEREIRA ANDRADE**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO  
PLANALTO SANTARENO**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado para obtenção do grau de  
Licenciadas em Pedagogia, pela  
Universidade Federal do Oeste do Pará  
– UFOPA, Instituto de Ciências da  
Educação – ICED, sob a orientação da  
Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa Lima.

**SANTARÉM – PA**

**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

A554p Andrade, Izadora Pereira  
Políticas educacionais para a educação indígena no Planalto santareno./ Izadora Pereira Andrade. - Santarém, 2024.  
25 p.  
Inclui bibliografias.

Orientadora: Maria de Fátima Sousa Lima.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em Pedagogia.

1. Educação indígena. 2. Planalto santareno. 3. Educação diferenciada. I. Lima, Maria de Fátima Sousa, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 371.82098115

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram ao longo desta caminhada. A minha orientadora, principalmente pela paciência que teve comigo durante o processo; a minha querida família, sem a ajuda deles não teria conseguido finalizar essa importante etapa da minha formação acadêmica, já que enfrentei muitas dificuldades para chegar ao final dessa jornada; e, aos povos indígenas, pois sem nossas lutas, não seria possível, hoje, finalizar minha formação universitária.

.

## Resumo

O presente trabalho denominado **“Políticas educacionais para a educação indígena no planalto santareno** pretende compreender a importância de promover a reflexão acerca das ações governamentais que envolvem a educação indígena no município de Santarém, sobretudo, no planalto santareno; visa-se, também, evidenciar como as políticas educacionais indígenas, que devem ser diferenciadas e que começaram no ano 2004, são implementadas no planalto santareno, essencialmente, na educação escolar indígena dos povos Mundurucus. Nesse sentido, o objeto de investigação da autora centrou-se na busca para se evidenciar de que forma o direito à educação indígena diferenciada, pode ser garantida, de fato, a esses povos no município de Santarém. O estudo é do tipo qualitativo e se caracteriza e se desenvolve pela pesquisa etnográfica com coleta de dados, que se apropriou de procedimentos como a pesquisa participante e como instrumentos, a entrevista de campo caderno para anotações. Os interlocutores da pesquisa são os moradores das aldeias investigadas, ou seja, lideranças (diretor, professores indígenas e não indígenas). Esse critério de escolha das categorias se deu com base no entendimento de que todos esses atores sociais participam direta e indiretamente no processo da educação escolar indígena na escola e na aldeia, as lideranças têm um significado importante é uma habilidade fundamental para o gestor e seus alunos no ambiente escolar, o qual contribui significativamente para o desenvolvimento do processo de educação. Neste sentido, a história da educação indígena tem por diante de se os desafios e demandas de observação que os participantes pressupõem dois momentos: questões históricas e políticas do governo federal o primeiro momento, os pesquisadores o primeiro momento e com período colonial que tinha por objetivo a assimilação dos povos indígenas e com fortalecimento com a constituição federal nos 70 que foi um fortalecimento para os povos indígenas. É o segundo momento educação indígena no olhar da gestão do polo T.I mundurunku do planalto buscando a importância da educação indígena para esse povo. Portanto o texto realiza uma breve reflexão bibliográfica acerca da educação indígena do povo munduruku, sendo que a educação indígena está em processo de compreender as políticas educacionais considerando suas perspectivas na educação diferença.

Palavras-chave: Educação indígena. Planalto santareno. Educação diferenciada.

## **Abstract**

The present work called "Educational policies for indigenous education in the Santarém plateau aims to understand the importance of promoting reflection on government actions that involve indigenous education in the municipality of Santarém, especially in the Santarém plateau; It also aims to highlight how indigenous educational policies, which must be differentiated and which began in 2004, are implemented in the Santarém plateau, essentially, in the indigenous school education of the Munduruku peoples. In this sense, the author's object of investigation focused on the search to demonstrate how the right to differentiated indigenous education can, in fact, be guaranteed to these people in the municipality of Santarém. The study is qualitative and is characterized and developed by ethnographic research with data collection, which adopted procedures such as participatory research and, as instruments, the field interview, notebook for notes. The research interlocutors are the residents of the villages investigated, that is, leaders (director, indigenous and non-indigenous teachers). This criterion for choosing the categories was based on the understanding that all these social actors participate directly and indirectly in the process of indigenous school education at school and in the village, leadership has an important meaning and is a fundamental skill for the manager and his students in the school environment, which significantly contributes to the development of the education process. In this sense, the history of indigenous education faces the challenges and demands of observation that the participants presuppose two moments: HISTORICAL ISSUES AND POLICIES OF THE FEDERAL GOVERNMENT THE FIRST MOMENT the researchers the first moment and with the colonial period which aimed to assimilation of indigenous peoples and strengthening with the federal constitution in the 70s, which was a strengthening for indigenous peoples. It is the second moment INDIGENOUS EDUCATION FROM THE LOOK OF THE MANAGEMENT OF THE T.I. MUNDURUKU PLANALTO POLE seeking the importance of indigenous education for these people. Therefore, the text carries out a brief bibliographical reflection on the indigenous education of the Munduruku people, given that indigenous education is in the process of understanding educational policies considering their perspectives on difference education.

**Keywords:** Indigenous education. Santareno plateau. Differentiated education.

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>I - EDUCAÇÃO INDÍGENA: QUESTÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS DO GOVERNO FEDERAL.....</b>	<b>10</b>
<b>1 Histórico das Educação indígena.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1. Nacional.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2. Região Norte e Pará.....</b>	<b>13</b>
<b>1.3. Educação indígena em Santarém.....</b>	<b>14</b>
<b>1.4. Programas do Governo nas Escolas Indígenas.....</b>	<b>19</b>
1.4.1. Alimentação Escolar.....	19
1.4.2. Transporte escolar.....	19
1.4.3. Livro Didático.....	19
<b>II. EDUCAÇÃO INDÍGENA NO OLHAR DA GESTÃO DO POLO T.I. MUNDURUKU DO PLANALTO.....</b>	<b>20</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.....</b>	<b>25</b>

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico que aferiu direitos e reconhecimento aos povos indígenas, além da possibilidade de obterem a valorização das suas próprias tradições, tendo a oportunidade de ter uma educação diferenciada depois de muita luta. E com isso, houve a consolidação e o fortalecimento de outras lutas, em que esses povos conquistaram ações de fortalecimento à educação, à sua cultura e língua materna, e com isso, vieram outros processos históricos que marcaram a identidade dos povos indígenas.

A Base Nacional Comum Curricular estabelecida pela Constituição, em seu Art. 210, determina que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Nesse sentido, o parágrafo segundo, determina que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Na vivência dos povos indígenas é comum que o conhecimento seja adquirido através da observação e da oralidade de cada aldeia e, com isso, eles querem incorporar seus saberes tradicionais ao aprendizado recebido na sala de aula, porque entendem que estão em um mundo de muita aquisição de saber, e dessa forma, desejam aprender o científico, pois fazendo parte da humanidade, os nativos têm direito a todos os tipos de conhecimento.

Porém, a escola tem muitas dificuldades, pois não são como diz a Lei de Diretrizes e Bases, e para que ocorra uma educação diferenciada e adequada, é necessário que haja uma instituição de qualidade e de acordo com a cultura local. Todavia, o próprio conceito com presente na lei destoia da realidade das comunidades indígenas, uma vez que a própria definição entre o processo de educação tradicional indígena e a educação escolar ofertada pelo Estado brasileiro não está sendo proporcional a uma educação de qualidade.

Percebe-se que nos artigos 78 e 79, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96, de 20/12/96), é função do Estado fornecer para os indígenas educação escolar bilíngue aos povos conforme seu povo e sua cultura, ou seja, em português e nas línguas indígenas. Dessa forma, vai haver mais valorização da identidade indígena, auxiliando, assim, na recuperação de

suas tradições e memórias históricas. Entretanto, é possível detectar que a realidade é completamente outra, porque a educação indígena vem enfrentando muita dificuldade diante da falta de estrutura nas instituições destinadas à sua educação diferenciada.

Com isso, os nativos precisam estar sempre buscando meios com os órgãos de apoio, e isto não ocorre só na educação, mas também em outras lutas, e para isto, contam com o Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns/GCI grupo de consciência indígena e o CPT Comissão Pastoral da Terra, além da FUNAI, que são órgãos de apoio aos indígenas do planalto entre suas lutas para melhoria de todos.

Como resultado de muitas lutas, os povos indígenas conseguiram colocar alunos indígenas na Universidade para que pudessem trazer conhecimentos para a aldeia e, desse modo, contribuir para novos aprendizados e ensinamentos para aqueles que não conseguem entrar. É válido destacar que o fortalecimento dos povos vem crescendo, cada vez mais, tanto dentro quanto fora das universidades. Esse processo de migração dos nativos das aldeias para os centros urbanos promove uma interação e troca de cultura, permitido, em muitos casos, o diálogo para o fortalecimento das lutas em defesa dos direitos indígenas.

## **I - EDUCAÇÃO INDÍGENA: QUESTÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS DO GOVERNO FEDERAL**

### **1 Histórico das Educação indígena**

A história da educação escolar indígena no Brasil, vem destacando a história de muitos povos que foram miscigenados com seu povo, suas culturas e suas línguas materna ou seja, a história das experiências de escola junto aos povos indígenas, costuma estar dividida pelos pesquisadores que empreendem estudos nessa área em dois momentos ou duas tendências. O primeiro momento tem início no período colonial, é marcado por iniciativas de escolarização que tinham por objetivo a dominação e a assimilação dos povos indígenas e se estendeu até o final do século XX. A segunda tendência é a da escola atual, movimento que se iniciou nos anos 70 e se fortaleceu com a Constituição Federal

que, ao reconhecer o direito dos indígenas à diferença, inaugurou um novo paradigma de educação escolar que propõe o respeito à diversidade cultural dos povos indígenas. (Juliana Schneider Medeiros).

A história da educação indígena no Brasil passou por diferentes momentos: o primeiro foi quando os portugueses chegaram ao Brasil, pois queriam explorar os indígenas, mas a dificuldades de entender a língua deles dificultou esse processo. Após um longo processo de aculturação, veio o processo de escolarização dos indígenas. A busca por uma educação para os indígenas teve início na década de 70 por meio de movimentos que lutavam pelos direitos dos povos indígenas e se consolidou na Constituição Federal de 1988 – a partir desse marco, os povos indígenas tiveram espaço para dar continuidade às lutas por uma educação diferenciada.

### **1.1. Nacional**

A educação indígena brasileira sofreu enorme transformação entre 2002 e 2010 pois os povos indígenas do Brasil tiveram momentos de vitórias pois em algumas aldeias já ponderaram trazer para suas aldeias a educação indígena diferenciada. Os primeiros anos do ensino fundamental foram consolidados. Criou-se a Rede Federal de Educação Profissional ofertando-se o ensino médio para milhares de jovens. O governo federal apresentou a firme disposição de expandir as redes municipais de educação infantil. O atendimento especial e a educação de jovens e adultos foram impulsionados por ações concretas em particular de apoio do governo federal.

Nesse cenário, a educação escolar indígena, foi reconhecida com identidades específicas e, também, focos de atenção especial. Esta foi desenvolvida na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que decidiu olhar e investir efetivamente na educação básica.

O estudo da história e da cultura indígena na escola está regulamentado por uma lei federal. Trata-se da Lei nº 11.645/2008 que cria a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país (BERGAMASCHI e GOMES, 2009). A proposta indigenista da FUNAI para a educação indígena inclui o ensino bilíngue, em consonância com o Estatuto do Índio - Lei 6001/73 – que preconiza, em seu

artigo 47, o respeito ao “patrimônio cultural das comunidades indígenas”. Contudo, o modelo para as escolas indígenas era o mesmo das escolas rurais, não havendo aproximação entre o ensino e a realidade das comunidades. No início dos anos de 1970, a Igreja Católica assume uma nova postura frente às injustiças sociais (SANTOS, 1995).

A história da educação indígena no Brasil foi dividida em momentos pelos pesquisadores; o primeiro era no período colonial, quando os portugueses chegaram que queria fazer com que os indígenas fosse escolarizado, conforme suas línguas e culturas. O segundo foi com os movimentos dos povos indígenas para que suas culturas não fossem esquecidas, mas reiniciadas com escolas diferenciadas para o povo indígenas (MEDEIROS, 2020).

É de conhecimento geral que os indígenas já tinham sua educação conforme sua cultura. A mudança veio a partir do momento em que os portugueses achavam que deviam escolarizar os indígenas à sua maneira impondo a cultura - a cultura do colonizador dominante.

Em 2010, através da Resolução 001/2010, do Conselho Estadual de Educação do Pará, foram regulamentadas as normas aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino. Nela “é assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (PARÁ, 2010).

A Resolução 001/2010 alinhou a oferta da Educação Escolar Indígena “à valorização plena de sua cultura e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica, reconhecendo às respectivas unidades escolares a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios” (PARÁ, 2010, p.108) bem como “o ensino ministrado nas línguas maternas” e “a organização escolar própria” (idem).

Desde a regulamentação da Constituição Federal de 1988, os municípios foram impedidos de reformular sua educação. Com a emenda 006/2004, que trouxe em seu bojo temas sobre a educação escolar indígena em Santarém, o município de Santarém replicou a normatização estabelecida pela Constituição de 1988 e pela LDB de 1996, dando educação indígena diferenciada e assegurando aos povos indígenas a utilização dos processos próprios de aprendizagem e da língua materna nas suas escolas. Foram implementadas a língua nativa com ferramenta educacional e o Notório Saber.

É relevante destacar que ainda hoje, em 2024, essas disciplinas não são normalizadas como disciplina na educação, mas sim como uma aula diferenciada. Contudo, as aldeias têm consciência de que as aulas das disciplinas “Notório Saber” e Língua Materna (indígena) não constam na grade curricular de ensino, ou seja, elas fazem parte da realidade educacional das aldeias, mas não estão no currículo nacional de disciplinas.

## **1.2. Região Norte e Pará**

A região do Norte e a região do para que tem equivalente 305.873 mil povos indígenas no Brasil e o Estado do Pará, vem com uma população de 39.081 indígenas, é o terceiro da região com o maior número de habitantes indígenas.

Para muitos com a conquista europeia, os povos indígenas eram incapazes de gerir o próprio destino sendo que a região Norte é herdeira dessa trajetória histórica.

Sua humanidade é percebida por meio dos filtros construídos desde as crônicas dos primeiros viajantes. Como sendo talvez a maior delas, atribuindo pelo fato que esses povos foram reprimidos para não morrerem renegaram sua identidade por muito tempo. No entanto os números mostram o grande desafio que a população indígena vem enfrentando para a regulamentação de seus territórios para colocar em prática as políticas educacionais que possam abranger todos os povos indígenas.

Porém, depois de muitas lutas o povo indígena do Pará vem conquistando importantes resultados para a Educação Escolar Indígena, que com todo os avanços de lutas hoje os povos indígenas podem comemorar suas liberdades e suas conquistas reprimidas que seus antepassados sofreram, no entanto hoje, os indígenas têm motivo suficiente para comemorar o Dia Nacional dos povos indígenas para que suas lutas nunca serão esquecidas e mostrar o quanto tem ainda para melhorar.

O povo indígena junto com a Seduc vem promovendo importantes momentos com as construções de políticas educacionais, as escolas indígenas principalmente no planalto de Santarém está junto com a Seduc está em

constantes construção para o ensino diferenciado dentro das aldeias em geral , e também tem o modular indígena que e de suma importância para esses povos , para que os alunos terminem o ensino fundamental e não precise sair de suas aldeias para cursar o ensino médio na cidade, contudo o estado do para esta Atualmente, com dez escolas indígenas: Katekaponoti, Peptykre Parkateje e Tatakt Kyikateje (distribuídas na terra indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins), Félix Tembé, Francisco Magno Tembé, Itaputir, Anexo Jacaré, Anexo Irapewiwazu, Anexo Pirá e Ituwasu (instaladas na terra indígena Alto Rio Guamá, localizada no município de Santa Luzia do Pará, e que atendem cerca de 682 estudantes indígenas). só deixando claro que estas escolas estão regularizadas e outras estão em processo de regularização não para.

### **1.3. Educação indígena em Santarém**

A regulamentação da Educação Indígena do município de Santarém-PA ocorreu no bojo das regulamentações que se seguiram à Constituição federal de 1988; os municípios brasileiros foram impelidos à reformulação de suas leis orgânicas. O município de Santarém publicou sua lei orgânica em 1990. Porém, somente quatorze anos mais tarde, com a Emenda 006/2004, que foi incorporado temas da educação escolar indígena (Santarém, 2004).

Em consonância com a legislação federal, a lei orgânica do município de Santarém replicou a normatização estabelecida pela Constituição de 1988 e pela LDB de 1996 à educação indígena diferenciada assegurando a utilização dos processos próprios de aprendizagem e da língua materna. Ainda em 2004 a prefeitura municipal aprovou a Lei 17.865 que estabeleceu e disciplinou o Sistema Municipal de Ensino. Nela ficou reassegurada “as comunidades indígenas a utilização de suas línguas e processos próprios de aprendizagem” (SANTARÉM, 2004, artigo 39), mas não mencionava a Educação Escolar Indígena como modalidade de educação oferecida. Ausência que foi contornada em 2010.

Em 2010 o Conselho Municipal de Educação de Santarém promulgou a Resolução CME-005/2010 na qual incorporou à Educação Indígena nas

modalidades de ensino. Em relação ao currículo escolar é reafirmado que “devem ter uma base nacional comum e uma parte diversificada” (CEE, 2010, artigo 58). Na parte diversificada fica garantida a inclusão das peculiaridades locais, regionais, culturais, sociais e econômicas da sociedade de modo que “os currículos da Educação Escolar Indígena devem garantir uma educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada” (CEE, 2010, artigo 65).

No bojo da efetivação de uma educação indígena socialmente referenciada, na etapa infantil, reforçou-se a oferta de escola bilíngue, diferenciada e multicultural. Em 2011, o CME fixou as “Diretrizes para o Funcionamento das Escolas Indígenas” (CME, 2011, p.5) através da publicação da Resolução CME-006/2011. Nela ficou assegurada a essas escolas “a valorização e revitalização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica” (CME, 2011, p.5-6) e “o ensino ministrado na língua materna como forma de preservação da realidade sociolinguística de cada povo” (CME, 2011, p.6) e o estímulo à construção da autonomia na gestão, administração e na escolha da parte diversificada dos conteúdos escolares necessários.

Do ponto de vista da formação docente, a Resolução CME-006/2011 assegurou a formação em serviço dos professores indígenas e concedeu-lhes prioridade no preenchimento das vagas disponíveis. Recentemente, em 2015, a prefeitura de Santarém, através da Secretaria Municipal de Educação, tornou público o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015-2025. O objetivo é “consolidar a educação escolar no campo e das comunidades indígenas” (idem). Do ponto de vista curricular pretende-se reforçar o uso da língua materna bem como a inclusão de saberes próprios dos povos indígenas e estimular a produção de materiais didáticos específicos.

Destacam-se as metas “universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 06 a 14 anos” e “garantir a oferta do ensino fundamental para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades”. Para a docência, a meta é “promover formação continuada a todos os profissionais da educação em exercício nas diversas áreas do conhecimento considerando as diversidades: Educação Especial, Educação do Campo, quilombola e Indígena” (SANTARÉM, 2015). Em 2019, o CME publica nova normatização atualizando as regulamentações precedentes e estabeleceu a categoria ‘escola indígena’ como categoria oficial do Sistema Municipal de Ensino de Santarém-PA. (Gilberto Cesar Lopes Rodrigues – UFOPA)

Importante destacar que para o autor o ensino, tem como objetivo “levar em conta a diversidade e promover a formação continuada de todos os profissionais da educação atuantes nas diferentes áreas do conhecimento: educação especial, educação rural, educação quilombola, bem como, a educação indígena”. Assim, promovendo um novo Padrão em educação, que atualizou o estatuto de padrões anterior e estabeleceu a categoria "Escola Nativa" como a categoria oficial do sistema educacional de Santarém.

Atualmente, estão cadastradas no censo das escolas indígenas, 41 escolas distribuídas em 63 aldeias.

### **Histórico da Educação indígena na T.I. Munduruku do Planalto**

O povo mundurucu, do planalto santareno, vem desde 2004 lutando para ter uma educação diferenciada. Esse processo teve início com a vinda da coordenadora Isa, na educação dos indígenas, que propôs às lideranças indígenas do planalto a busca por uma educação diferenciada – educação escolar indígena - com o intuito de trazer benefícios para todos. E assim começou a luta da educação indígenas no planalto”. (Fala da professora Maria Alves - que na época era professora da escola da aldeia do Açaizal).

Essa escola, hoje, está regularizada e legalizada como escola indígena diferenciada no planalto, mas que precisa está em constante aprimoramento visando-se, essencialmente, a uma melhor aprendizagem dos alunos indígenas bem como a perpetuação dos saberes ancestrais e buscando promover a diversidade e a cultura dos povos indígenas. É importante salientar que o povo Munduruku ainda não tem documentado sua história em papel, fala da professora Maria Alves, que hoje é aposentada e coordenadora da Associação da Aldeia de Açaizal.

### **Total de escolas**

São 5 escolas no planalto, mas há uma que não é anexa da escola Polo de Açaizal.

## TOTAL DE ESCOLAS

ESCOLA	AÇAIZAL	CAVADA	SANTA HELENA	PALHÃO
<b>Alunos</b>	53	49	30	18
<b>Turmas</b>	3 turmas manhã 4 turmas tarde	3 turmas manhã 3 turmas tarde	3 turmas manhã 4 turmas tarde	2 turmas manhã 3 turmas tarde
<b>Funcionários</b>	13	15	7	7
<b>Funcionários não indígenas</b>	3	3	2	4
<b>Direção</b>	1	-	-	-
<b>Pedagogo</b>	1	-	-	-
<b>Secretário</b>	1	-	-	-

## Estruturas das escolas:

## ESTRUTURA DAS ESCOLAS

ESCOLA	AÇAIZAL	CAVADA	SANTA HELENA	PALHÃO
<b>Diretoria</b>	1	-	-	-
<b>Secretária</b>	1	1	-	-
<b>Sala dos professores</b>	1	-	-	-
<b>Sala de aula</b>	4	2	2	Alunos estudam em uma maloca feita por funcionários e pais
<b>Cozinha</b>	1	1	1	-
<b>Banheiro</b>	4	4	1	1
<b>Depósito</b>	1	1	-	-

Nas quatro escolas indígenas que abrangem a escola Polo de Açaizal e suas anexas, são 150 alunos do Pré-escolar, Ensino fundamental e Ensino médio. O ensino médio só funciona no Polo de Açaizal. Vale ressaltar que as escolas do planalto precisam de muitas melhorias, no entanto, a escola de duas delas, dentre as quais, a da Aldeia Açaizal, da Aldeia Wapurum-tip, apresentam boa estrutura. A escola São Francisco da Cavada, após muitas lutas do povo junto à direção, conseguiram seu intento e, hoje, estão com estrutura nova; as outras duas estão em planejamento para que sejam ampliadas.

Vale lembrar que no planalto são 5 escolas indígenas, mas só 4 são da escola de Açaizal - local no qual estou fazendo minha pesquisa. A quinta escola fica na aldeia de Ipaupixuna - ela não é anexa da escola de Açaizal.

**Formação de professores inicial**

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES INICIAL E CONTINUADA

	<b>Professor 01</b>	<b>Professor 02</b>	<b>Professor 03</b>	<b>Professor 04</b>
<b>Escola</b>	Na escola wapurum – tip	Na escola wapurum – tip	Na escola wapurum – tip	Na escola wapurum – tip
<b>Função na escola</b>	Professor(a)	Secretário(a)	Professor(a)	Professor(a)
<b>Formação de educação</b>	Pedagogia, matemática, intercultural indígena e ciências da religião	Curso de Secretariado	Pedagogia e Geografia	Letras: Português e Inglês, Educação Física, História e Geografia
<b>Disciplina</b>	Arte e Religião	-	-	Língua Portuguesa, Educação física e Estudos Amazônicos
<b>Quantidade de turmas</b>	3	-	1	4
<b>Série das turmas</b>	6° ao 9° fundamental maior e 4° e 5° ano fundamental menor	-	1° ao 3° fundamental menor	6° ao 9°
<b>Anos de trabalho</b>	16	8	13	7
<b>Atua na área de formação?</b>	Sim	Sim	-	-
<b>Continuou com os estudos?</b>	Sim	-	Sim	Sim
<b>Professor Indígena</b>	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Aldeia</b>	Aldeia Açaizal	Aldeia Açaizal	Aldeia Açaizal	Aldeia Açaizal
<b>Equipe gestora da escola</b>	Professor Elias Morais	-	Professor Elias Morais	Professor Elias Morais
<b>Quantidade de alunos</b>	-	53	53	53
<b>Turmas ao total</b>	6	8	6	8
<b>Quantidade de Funcionários</b>	13	13	13	13

Diante deste trabalho percebemos que ainda tem muitos professores não indígenas nas aldeias, pois uma das lutas dos povos indígenas é ter a maior porcentagem possíveis de professores indígenas dentro das aldeias, sendo que esses professores tenham ensino de qualidades e seja de qualificação e conhecedor de sua cultura saber tradicional.

**Equipe gestora**

A equipe gestora é formada pelo diretor, pela pedagoga e pela secretaria. Eles trabalham nas 4 aldeias intercalando suas atividades para atender a todos de forma que não prejudique ninguém.

#### **1.4. Programas do Governo nas Escolas Indígenas**

##### **1.4.1. Alimentação Escolar**

Durante a pesquisa feita, a alimentação da escola indígena é uma alimentação igual a das escolas municipais de Santarém. Apesar de ser uma escola diferenciada, ela não recebe uma alimentação diferenciada para seus alunos. Os indígenas expressaram um enorme desejo de que a merenda em suas aldeias também contemplasse alimentos regionais, que fosse da própria aldeia, assim os alunos comeriam uma alimentação plantada por seus pais, o que ajudaria no aspecto financeiro e também, iria contribuir para o fortalecimento da cultura local.

##### **1.4.2. Transporte escolar**

O transporte escolar é terceirizado - selecionado através de licitação, é custeado pela prefeitura. E muitos alunos vão com seu próprio transporte ou os pais vão deixar e buscar com seus próprios transportes, pois não há um ônibus destinando à escola, principalmente pela manhã.

##### **1.4.3. Livro Didático**

Os livros didáticos são do programa PNLD, mas as escolas indígenas fazem suas aulas diferenciadas com a implementação de projetos que contemplem sua cultura. E estão buscando criar material próprio para fortalecer a cultura indígena dos territórios.

**PDDE**

A escola polo de açaiçal tem a unidade executora em 2002, partir deste ano a escola começou a receber recursos do FNDE( fundo nacional desenvolvimento da educação) anual pelo pdde básico, todos os anos a escola recebe em duas parcelas recursos referente ao pdde básico, mais também recebe um valor fixo fora essa duas parcelas, o objetivo do pdde e ajudar a gestão da escola, na logística ,estrutural, aquisições de materiais permanentes , materiais pedagógicos esses recursos vem através do senso escolar pelo números de alunos , todas as escolas recebem por isso , portanto agora no mês de abril baixou uma nova resolução para o aumento do valor do fixo para escolas indígenas e quilombolas e rurais.

Além desse a escola recebe o pdde ações que não e fixo que ocorre em algum momento do ano a partir de uma adesão que a escola faz um plano de trabalho e executa e presta conta com o órgão, durantes alguns anos a escola vem recebendo algumas ações, pdde sustentável, outro voltado para a sustentabilidades da escola, recebeu o mais educação que um programa do governo federal que era integral que a escola teve oficinas e entre muitos outros ações que a escola vem obtendo através do pdde.

A escola executou um recurso do programa Brasil na escola, quando adquiriu material pedagógico, jogos lúdicos, material permanente como: TV, impressora para fins pedagógicos, além do ressarcimento de despesas para indígenas voluntários com aulas de reforço para alunos das séries finais. A escola apoia, com esses recursos, projetos escolares que vêm somar com processo de ensino- aprendizagem dos alunos. Todos os programas são bem colocados na escola, trazendo matérias para que as crianças tenham melhor conhecimentos e desenvolvimento na sala de aula.so salientando que das anexas d o polo de açaiçal 3 delas recebe o recurso uma está em analise para aprovação.

## **II. EDUCAÇÃO INDÍGENA NO OLHAR DA GESTÃO DO POLO T.I. MUNDURUKU DO PLANALTO**

Nessa parte faremos a apresentação dos resultados da Pesquisa Aplicada ao Gestor do POLO T.I. MUNDURUKU DO PLANALTO. A pesquisa é

do tipo qualitativa; para obter as informações necessárias foi aplicado um questionário com dez [10] perguntas como se pode observar na descrição abaixo. Observa-se que todas as respostas são do Gestor da escola.

Quais políticas educacionais [programas] existentes nas escolas indígenas no planalto? As escolas indígenas do Polo Wapurum-Tip, T.I. Munduruku do Planalto, aderem alguns programas como: PDDE – Programa dinheiro direto na escola/Sustentável - Educação Conectada; Pro-infância e PDDE Básico; PNLD, PNAE.

Na questão financeira PDDE – Programa dinheiro direto na escola/Sustentável - Educação Conectada, Pró-infância e PDDE Básico. Porém, destaca-se que além dos recursos financeiro que vem para o Polo de forma descentralizada e gerido pelo A unidade Executora o polo recebe: PNLD - os livros didáticos são do programa PNLD, mas as escolas indígenas fazem suas aulas diferenciadas conforme pequeno projeto para que seus alunos tenham um pouco da sua cultura na sala, para que com muita luta os povos indígenas cheguem realmente a uma escola diferenciadas para todos, sendo nisso estão em processo de luta é a construção do seu próprio material para fortalecer cultura indígena dos territórios.

Quais as dificuldades nas escolas indígenas? Seguintes pontos: estrutura física - a inexistência de construção de espaços escolares em algumas escolas como: sala de aulas, sala de informática, área de lazer etc.; merenda escolar que ainda não contempla os produtos da agricultura familiar, formação para professores indígenas da língua materna Munduruku, produção de materiais didáticos específicos da aldeia.

Estrutura física - a maior dificuldade para os povos indígenas é a estrutura física, pois as escolas estão em situações precárias para ter uma aula de educação de qualidade; porém, hoje, no planalto, nas escolas indígenas, a escola Polo do Açaizal está com uma infraestrutura nova com salas, sala da direção, banheiros e cozinhas bem estruturadas, mas em questão de suas anexas, continua decadente em estruturas escolares.

Como é feito o acompanhamento pedagógico nas escolas indígena do polo do planalto? O Polo Wapurum-Tip, tem uma coordenação pedagógica que atende as escolas Polo e anexas, em cronograma semanal de acompanhamento aos professores e as turmas. O Planejamento pedagógico da escola ocorre no

início do ano com a participação de todos os professores, momento em que são revistos o plano de curso indígena, a construção do calendário diferenciado anual das escolas e os projetos escolares.

Seguindo a proposta das diretrizes de Educação Escolar Indígena do território Munduruku do Planalto, são desenvolvidos, durante o ano letivo, quatro grandes projetos, nos quais os professores trabalham a multidisciplinaridade. A Equipe pedagógica também realiza plantão pedagógico em cada ciclo anual para avaliação de aprendizagem dos alunos, junto à gestão da escola e pais dos alunos. Além dos projetos, professores e as equipes pedagógicas, os pais geralmente vão à escola dá uma visitada para ver como seu filho está, na sala de aula, reforçando fazer a interação familiar e escola.

Nos artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96, de 20/12/96), é função do Estado fornecer, para os indígenas, educação escolar bilíngue aos povos, conforme seu povo e sua cultura, ou seja, em português e nas línguas indígenas. Como estão sendo cumpridos os referidos artigos nas escolas indígenas do polo do Planalto?

Em nossas escolas, o currículo escolar conta com duas disciplinas: notório saber e língua materna munduruku. Essas disciplinas ainda não estão inseridas na matriz curricular, estamos em processo junto à SEMED, para aprovação da matriz curricular das escolas indígenas de Santarém - esse processo está ocorrendo. Em nossas escolas, esses profissionais que são contratados para trabalharem com essas disciplinas desenvolvem seus trabalhos através de conhecimentos do território.

Essas disciplinas estão no processo para que sejam inseridas na grade curricular, mas que infelizmente ainda hoje não estão. Esta é uma das maneiras de mostrar que a educação indígena tem um diferencial, trazendo para seus alunos atividades do dia a dia com suas famílias para a sala de aula, porque é muito importante para o povo o resgateamento da sua língua e a importância dos produtos da terra sem maltratar a floresta.

A alimentação escolar é diferenciada para as escolas indígenas? Não, as escolas indígenas recebem itens da alimentação escolar, disponibilizado pela rede municipal de Santarém, igualmente como todas as escolas da rede. A princípio, as escolas indígenas não recebem alimentação diferenciada, é a mesma que as escolas não indígenas recebem.

Como é o transporte escolar para os alunos indígenas? O transporte escolar terceirizado - que é selecionado através de licitação e é custeado pela prefeitura. A escola recebe transporte escolar que abrange as outras escolas pelo período da tarde; os alunos da manhã ou vão andando ou por meio do seu próprio transporte particular.

Como é utilizado PDDE nas Escolas indígenas do Polo? Qual sua principal importância para a escola? Os programas do MEC que são contemplados na escola, seguem direcionamento do setor responsável da secretaria de educação, por exemplo, no ano de 2021, a escola executou um recurso do programa Brasil na escola, quando adquiriu material pedagógico, jogos lúdicos, material permanente como: TV, impressora para fins pedagógicos, além do ressarcimento de despesas para indígenas voluntários com aulas de reforço para alunos das séries finais. A escola apoia, com esses recursos, projetos escolares que vêm somar com processo de ensino- aprendizagem dos alunos. Todos os programas são bem colocados na escola, trazendo matérias para que as crianças tenham melhor conhecimentos e desenvolvimento na sala de aula.

A escola tem livros diferenciados para a educação indígena? Não, livros didáticos são do programa PNLD. O processo de luta é a construção do seu próprio material para fortalecer cultura indígena dos territórios. Todos os materiais são aqueles que o governo manda; mas, as escolas precisam realmente de materiais diferenciados, porém, por enquanto, as aulas vão sendo desenvolvidas com materiais de escolas do programa PNLD.

Para você, como gestor, os alunos indígenas que entraram pelo processo seletivo indígena têm possibilidades de voltar para aldeia e fazer um trabalho dentro da aldeia? Menciono as diretrizes de educação escolar indígena da T.I. Munduruku e Apiaka do Planalto, as informações a esse tópico são todos os acordos firmados entre movimento indígena do planalto, para critério de seleção dos profissionais que atuam dentro da educação escolar indígena no território. Portanto, cada aluno que sai da aldeia para estudar na universidade, que é uma conquista dos próprios povos indígenas, depois de muita luta, para que tivessem professores da própria aldeia, ensinando seus parentes - para melhor conhecimento da própria cultura; há, também, as diretrizes curriculares do

planalto para decidirem a melhor forma de seus indígenas atuarem depois da formação.

Para você o que é ser Gestor de uma Escola Indígena com vários anexos? Cuidar do administrativo e pedagógico em um Polo com quatro escolas em aldeias diferentes e com condições geográficas bem complexas se torna desafiador. Porém, temos avançado ao logo desses anos com apoio das lideranças indígenas do território; construímos nossas diretrizes de educação escolar indígena, nosso PPPI - Projeto Político Pedagógico indígena está em processo de construção; autorizamos nossas escolas junto ao CME- conselho Municipal de Educação pela primeira vez; conseguimos a aprovação do projeto de construção as escolas na arquitetura indígena e em breve vamos ter a inauguração de duas escolas novas. Fui grande responsável pela mudança do nome da escola polo, para um nome indígena e, também, construímos nosso regimento escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Escolar Indígena, dentro de uma perspectiva intercultural, tem elevada importância na criação de currículos escolares pautados na cultura dos povos indígenas. Isto ainda não é uma realidade efetiva na maioria das escolas, como foi possível constatar na presente pesquisa realizada no polo Açaizal, no planalto santareno; mas é importante destacar que existem aquelas nas quais os professores já estão empenhados em colocar conteúdos com os elementos culturais e da biodiversidade das aldeias.

Mas o interessante também é fazer a conexão dos saberes locais com aqueles que estão formalizados no currículo geral do sistema de ensino. Estes conhecimentos são necessários quando o indígena vem para a sociedade não indígena e precisa concorrer a vagas nas universidades, em concursos e qualquer outro processo seletivo.

Nessa perspectiva, seria necessário que os professores tomassem conhecimento do conceito de interculturalidade. Isso é um desafio, mas acredito que seja possível se o gestor e os coordenadores pedagógicos assimilassem esses conhecimentos e multiplicassem para os professores em seus encontros

pedagógicos. Tal fato deixará esses saberes mais significativos e com possibilidades de conectá-los aos saberes disponibilizados pela Secretaria de Educação local.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. GOMES, Luana Barth. **A TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA: ensaios de educação intercultural**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena no Ensino Básico**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2003. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados82187207/17417-ceb-2012>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes)

CEE, Conselho Estadual de Educação. **Resolução Nº 001/2010**: regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará. CEE, 2010. p. 18 - 19.

CME, Conselho Municipal de Educação de Santarém. **Resolução CME-006/2011**: fixa diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Santarém PA: CME, 2011. p. 5-6.

MEDEIROS, Juliana Schneider. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS**. XIV Encontro anual de história -ANPUH/RS.

PARÁ. **Documento Base do Plano Estadual de Educação**. Belém: Governo do Estado/SEDUC, 2010

RODRIGUES, Gilberto César Lopes. **Surrara Borrai, Surrara Arapium - a educação escolar no processo de reafirmação étnica dos Borari e Arapium da terra indígena Maró** / Gilberto Cesar Lopes Rodrigues. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal de. **Lei Orgânica do Município Atualizada**. Santarém PA: Câmara Municipal de Vereadores de Santarém, 2004.

SANTARÉM, Prefeitura Municipal de. **Lei 17.865/2004: disciplina a organização do sistema municipal de ensino**. Santarém-PA: Gabinete do Prefeito, 2004.

SANTOS, Sílvia Coelho dos. **Os direitos dos indígenas no Brasil. A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores do 1º e 2º grau.** Org. Aracy Lopes da Silva e Luís Donizete Benzi Grupioni — Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.